

Discurso do Primeiro-Ministro no debate parlamentar de apreciação do Programa de Governo

Sr. Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Na primeira ocasião em que me dirijo à Assembleia da República neste novo mandato, quero começar por cumprimentar todas e todos os Deputados ora eleitos, desejando as maiores felicidades no exercício do mandato que agora se inicia.

Faço-o, não apenas por cortesia institucional, mas porque em vós saúdo os cidadãos que representam, e porque estou bem ciente que **no nosso sistema constitucional é perante o**

Parlamento – e só perante o Parlamento – que o Governo é politicamente responsável.

Aqui renovo as minhas felicitações ao reeleito Presidente da Assembleia da República, com votos de continuado sucesso no desempenho destas funções, expressando o compromisso de total respeito, de absoluta lealdade e de plena disponibilidade para o escrutínio livre, plural e sistemático da atividade governativa por parte da Assembleia da República.

Sr. Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Este é um Governo de continuidade da mudança que iniciámos em 2015.

Por isso, ninguém espere – ou receie – retrocessos no progresso que já alcançámos.

Por isso, ninguém tenha a expectativa – ou tema – que vamos agora ficar a marcar passo.

Por isso, ninguém imagine – ou desconfie – que vamos mudar o rumo do nosso caminho.

Este Governo está mesmo aqui para garantir que continuaremos a avançar.

Queremos continuar com confiança o percurso que iniciámos em 2015, abrindo caminho quando ele se estreita, vencendo obstáculos quando estes surgem, mas mantendo sempre o rumo que traçámos, com passo firme e seguro, para ir mais longe no trilho que temos vindo a percorrer, e sem nunca dar um passo maior que a perna.

Este Governo continuará a garantir o equilíbrio responsável entre:

- a melhoria dos rendimentos e a confiança que promove o investimento;

- a recuperação dos serviços públicos e a redução da dívida pública;
- a redução das desigualdades e as contas certas;
- a coesão interna e a competitividade externa;
- a defesa do interesse nacional e o aprofundamento do projeto europeu.

Sabemos bem que quanto mais avançamos, mais exigente se torna a caminhada. O nível de ambição é agora superior. E, por isso, o desafio é ainda maior. **Sabemos que não nos basta mais do mesmo e que – como nos comprometemos com os portugueses – temos agora de fazer ainda mais e melhor. Ainda mais crescimento, ainda melhor emprego, ainda maior igualdade...e sempre com contas certas.**

Mas também sabemos, como há quatro anos sabíamos, que estamos em condições de cumprir aquilo com que nos comprometemos perante os portugueses. É por isso que aqui nos apresentamos com total confiança, podendo asseverar:

Cumprimos nos últimos quatro anos e voltaremos a cumprir nos próximos quatro.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Programa do XXII Governo Constitucional corresponde, no essencial, ao programa com que o Partido Socialista se apresentou às eleições.

É o que resulta naturalmente do respeito pela vontade popular, sem prejuízo das alterações que introduzimos, como sinal da atitude de compromisso que adotaremos ao longo da presente legislatura.

Também deste ponto de vista, o Governo apresenta uma linha de continuidade face à solução política dos últimos anos. Posso atestar que o empenho do Governo neste processo político

continua exatamente o mesmo. Assim será, sem discriminações, com todos aqueles que à esquerda, e também o PAN, queiram colaborar connosco para garantir estabilidade e continuar a melhorar a vida dos portugueses.

Como é sabido, **o Programa de Governo estrutura-se em torno de quatro grandes desafios estratégicos: as alterações climáticas, a sustentabilidade demográfica, a transição digital e o combate às desigualdades.**

Durante este debate, o Ministro do Ambiente e Ação Climática, a Ministra de Estado e da Presidência e o Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital desenvolverão o nosso programa em torno destes desafios estratégicos.

Para vencer estes desafios estratégicos são necessárias medidas concretas de efetiva melhoria da vida dos cidadãos e impacto real no quotidiano de cada família: morar numa casa condigna e a custos acessíveis; ter um

emprego estável e bem remunerado; encontrar uma creche ou uma escola de qualidade para os filhos e ter condições para que possam frequentar a universidade, se o desejarem; usar os transportes públicos com comodidade e a preços razoáveis; ter acesso a bons cuidados de saúde.

A habitação é base da construção da vida familiar.

Foi fundamental termos relançado na legislatura anterior uma nova geração de políticas públicas de habitação, que culminou na aprovação da primeira Lei de Bases da Habitação. Agora importa desenvolver esta Lei e concretizar as medidas de política que definimos.

Temos o firme propósito de celebrar os 50 anos do 25 de abril, em 2024, tendo erradicado as carências de habitação condigna em que vivem ainda 26.000 famílias.

Mas também a classe média, e em especial as novas gerações deparam-se com graves dificuldades, vendo-se obrigadas a despende uma parte considerável do seu orçamento familiar em encargos relacionados com a habitação. Por isso lançámos o Programa de Arrendamento Acessível, para que seja possível arrendar uma casa adequada, com uma taxa de esforço aceitável.

Para promover um mercado de arrendamento equilibrado, acessível e seguro para todos, é necessário aumentar a oferta pública de habitação, por iniciativa municipal, mas também do Estado, em especial a partir da valorização do seu próprio património sub-aproveitado. Assim, **pretendemos até ao final da legislatura disponibilizar uma oferta pública, por parte do Estado, de 10.000 habitações.**

Os últimos quatro anos ficaram marcados por uma redução histórica do desemprego. Registaram-se ainda progressos importantes – designadamente no setor público – na redução

da precariedade. Mas é indispensável uma ação determinada em sede de fiscalização, para pôr termo a expedientes e abusos que põem em causa a dignidade do trabalho.

Há, sobretudo, **dois desafios fundamentais a que temos de responder: a garantia da melhoria geral dos salários e a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.**

Por isso, temos a expectativa da rápida conclusão do que já foi pré-acordado na Concertação Social em matéria de conciliação e de uma resposta positiva ao convite que dirigimos para celebrar com os parceiros sociais um acordo global sobre a política de rendimentos, que preveja uma subida da generalidade dos salários, no âmbito do Pacto para o Crescimento. **Não basta olhar para o salário mínimo nacional. É necessário prosseguir uma evolução justa de todos os salários.**

E quero insistir, muito em particular, na importância de a concertação social acordar um valor de referência para a remuneração dos jovens qualificados, a ter em conta no âmbito da contratação coletiva. É urgente assumirmos coletivamente que temos de assegurar aos jovens a confiança de que devem investir na sua qualificação e que é aqui, em Portugal, que se podem realizar plenamente, do ponto de vista pessoal e profissional.

O Programa de Governo contempla duas medidas de grande alcance, que visam apoiar as famílias para que estas possam ter o número de filhos que realmente desejam. Por um lado, vamos aumentar progressivamente as deduções fiscais no IRS em função do número de filhos. Por outro lado, vamos criar o complemento-creche, para apoiar as famílias a partir do segundo filho.

Um dos indicadores mais importantes do progresso da última legislatura, que terá reflexos por gerações e gerações, é a

redução do abandono escolar precoce de 13,7% em 2015 para 10,8% no primeiro semestre deste ano, aproximando-nos assim da média da União Europeia.

Temos de prosseguir este esforço. Por isso, **iremos lançar um sistema de deteção precoce no pré-escolar de problemas de literacia e numeracia. E vamos reforçar o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, definindo uma estratégia integrada de ação sobre a aprendizagem da matemática.**

No ensino superior, os últimos quatro anos registaram um assinalável aumento de 21% no número de alunos inscritos. Subimos de 40% para 50% de jovens com 20 anos a frequentar o ensino superior, o que constitui um forte impulso para alcançarmos antecipadamente a meta europeia de 60% em 2030.

Posso hoje anunciar que, na próxima semana, voltaremos a assinar um Contrato de Confiança, já acordado com todas as universidades e politécnicos, garantindo a estas instituições um horizonte estável de financiamento para a legislatura.

E quero recordar o compromisso de, também nesta legislatura, acrescentar 12.000 novas camas em residências estudantis às 15.000 já existentes, o que é essencial para que ninguém deixe de estudar por razões económicas.

A redução tarifária proporcionada pelos novos passes sociais demonstra bem a importância da descentralização e teve uma expressão significativa no aumento do rendimento disponível das famílias, para além de facilitar a sua mobilidade e de contribuir para a redução das emissões de CO₂.

Percebe-se agora melhor a importância dos concursos de aquisição lançados na legislatura anterior e que virão aumentar significativamente a oferta em: 10 novos navios para

a Transtejo, 700 novos autocarros, 14 novas composições para o Metro de Lisboa, 18 novas composições para o Metro do Porto, 22 novos comboios para a CP e ainda 20 comboios que o Plano de Recuperação do Material Circulante vai permitir repor em funcionamento ao longo dos próximos três anos.

A legislatura que agora começa será inevitavelmente marcada pelo desenvolvimento das potencialidades abertas pela nova Lei de Bases de Saúde. Mas é muito importante que este trabalho legislativo não nos distraia do essencial, que é a melhoria dos cuidados de saúde prestados aos cidadãos.

A prioridade continua a ser o desenvolvimento dos cuidados de saúde primários. Para além das 103 Unidades de Saúde Familiar criadas na anterior legislatura, entrarão ainda em funcionamento, até 31 de dezembro, mais 20 Unidades de Saúde Familiar, já a concretizar o objetivo que nos propusemos de generalizar este modelo ao longo da presente legislatura.

No desenvolvimento da rede do Serviço Nacional de Saúde, terão também um papel essencial os novos hospitais de Lisboa Oriental, Central do Alentejo, de Sintra e do Seixal, cuja conclusão se estima para o final de 2023, a que espero se acrescente também o novo Hospital do Funchal.

Do mesmo modo, vamos eliminar faseadamente as taxas moderadoras nos cuidados de saúde primários e em todas as prestações de cuidados cuja origem seja uma referência pelo SNS.

E vamos ainda apostar no reforço:

- da saúde oral, alargando o cheque dentista às crianças logo a partir dos 2 anos;
- da saúde visual, mediante um vale de óculos para crianças e jovens até aos 18 anos e para maiores de 65 anos beneficiários do rendimento social de inserção;

- e da saúde mental, através de equipas de saúde mental comunitárias.

Nestes diversos domínios, que marcam a diferença na vida dos cidadãos, é possível fazer ainda mais e melhor. Para o efeito, necessitamos de instituições fortes, ágeis e eficazes. Por isso, inscrevemos no nosso Programa de Governo um conjunto de regras de boa governação, que passam, para além das contas certas, pelo investimento nos serviços públicos, pela valorização das funções de soberania e pela melhoria da qualidade da democracia.

Vamos continuar a modernizar o Estado e a qualificar a nossa Administração Pública, colocando sempre o foco no serviço ao cidadão. Esta constitui uma prioridade do atual Governo, aliás com expressão clara na sua orgânica.

Queremos valorizar, capacitar e rejuvenescer a função pública, com a entrada em breve de mil novos técnicos superiores e uma política salarial atrativa mas responsável.

Prosseguiremos com a agenda de simplificação administrativa.

Assim, a título de exemplo, iremos harmonizar a exigência dos dados biométricos recolhidos para a emissão do cartão de cidadão e do passaporte, dispensando os cidadãos de uma dupla recolha e aliviando os serviços de um trabalho duplicado.

Não é de ruturas ou de míticas “reformas estruturais” que o país necessita, mas de um esforço contínuo de melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, em qualquer parte do território nacional.

Há, pois, que fazer um forte investimento na coesão territorial. Também aqui o desafio é grande. Ao longo de décadas, foi-se acentuando a clivagem entre o litoral e o

interior; o contraste entre as cidades e as áreas de baixa densidade; ou mesmo a divergência entre os centros urbanos e as suas periferias. **É preciso inverter estas tendências. Este será um desígnio claro do deste Governo.**

De igual modo, trabalharemos para aumentar a confiança dos cidadãos nas suas instituições.

Na anterior legislatura, aprovámos já um vasto conjunto de **medidas de combate à corrupção**, desde o novo Código dos Contratos Públicos até ao reforço da Polícia Judiciária sob o ponto de vista orgânico, técnico e humano. **O Programa de Governo leva este combate ainda mais longe, designadamente propondo penas acessórias, que duplicam o período de inibição para o exercício de cargos políticos e que permitem decretar a falta de idoneidade de gerentes e administradores de sociedades que tenham sido condenados pela prática de crimes de corrupção.**

Sr. Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

A última legislatura provou que é possível um ciclo virtuoso entre o crescimento da economia e a melhoria das condições de vida dos cidadãos. O Programa que apresentamos exige uma ambição reforçada de crescimento económico.

Tenho insistido: não basta estarmos a crescer acima da média europeia, precisamos de crescer mais e ter pelo menos uma década de convergência com a União Europeia. **Daí o convite para que em sede de Conselho Económico e Social avancemos para um verdadeiro Pacto para o Crescimento, com mais investimento, melhor conhecimento e maior rendimento.**

O novo modelo de desenvolvimento que nos tem permitido crescer, aumentar as exportações e ganhar quotas de mercado, criando mais e melhor emprego, é um modelo que assenta na

sociedade do conhecimento que gera maior valor acrescentado, e não na exploração dos baixos salários.

É um modelo que estimula a iniciativa, apoia o empreendedorismo e incentiva o investimento. É um modelo que não assenta no leilão da redução indiferenciada dos impostos, mas concentra a capacidade da despesa fiscal no apoio à inovação, à criação de emprego qualificado, ao reforço da coesão territorial.

É um modelo em que o Estado promove políticas públicas e apoia projetos mobilizadores, investe na abertura de mercados e na criação de infraestruturas de internacionalização da nossa economia.

Este ciclo virtuoso assentou na restauração da confiança interna e da credibilidade externa, por via da reposição da normalidade constitucional, da estabilidade política, da recuperação dos rendimentos e do saneamento sustentado das

nossas finanças públicas, com o défice mais baixo da democracia e a confiança na nossa capacidade de pagamento da dívida pública.

Não podemos quebrar este equilíbrio. E convém recordar que finanças públicas sãs e crescimento económico sustentável não são meros resultados estatísticos, é o que nos permite poupar 2.000 milhões de euros por ano com o custo da dívida e aumentar em 2.000 milhões de euros por ano o investimento no SNS. É o que nos permite, pela primeira vez na nossa história, irmos para o terceiro ano consecutivo de atualização anual das pensões de reforma, devido a um crescimento económico acima dos 2%.

Sr. Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Se na legislatura anterior fomos capazes de virar a página da austeridade, nesta iremos juntos escrever uma nova

página de prosperidade. Sabemos que é possível e temos no Programa de Governo um roteiro para a alcançar.

- Um roteiro para acabar com a precariedade e aumentar o rendimento disponível das famílias.
- Um roteiro para modernizar o Estado e prestar melhores serviços públicos.
- Um roteiro para combater a corrupção e aumentar a confiança nas instituições.
- Um roteiro para travar as alterações climáticas e construir um futuro mais sustentável.
- Um roteiro para apoiar o interior e promover uma maior coesão territorial.
- Um roteiro para proteger a floresta e estimular o desenvolvimento rural.
- Um roteiro para aumentar a natalidade e atrair mais pessoas para o nosso país.
- Um roteiro para diminuir ainda mais o abandono escolar precoce e aproveitar as oportunidades da sociedade digital.

- Um roteiro para combater as desigualdades e erradicar a pobreza.
- Um roteiro para diminuir o peso da dívida pública no PIB e continuar a convergir com a União Europeia.

Governaremos com humildade mas ambição, sabendo que os desafios são muitos, mas também com a confiança de os superar. Confiança assente na experiência dos últimos quatro anos de governação, na consistência de uma estratégia que definimos numa Agenda para a Década, na coerência com que a vimos prosseguindo, na determinação e no rigor com que planeamos e executamos cada etapa. E confiança, sobretudo, nos recursos de Portugal, na capacidade dos portugueses e na nossa vontade coletiva de nos unirmos no nosso compromisso comum, que é o futuro de Portugal.